

EMPRESAS INTERNACIONAIS E MULTINACIONAIS

Theophilo de Azeredo Santos

As empresas internacionais e as multinacionais, como instituições cuja atuação é motivada pela busca das oportunidades mais rentáveis, distanciadas das posições ideológicas e guiadas pelo pragmatismo econômico, tornaram-se objeto de preocupações de trabalhadores e empresários, dos governos dos países hóspedes destas empresas e dos seus países de origem e estão merecendo a atenção cada vez maior dos órgãos internacionais.

Em primeiro lugar, o balanço de pagamentos é uma das causas dessas preocupações. A remessa de lucros, o retorno do capital de risco ou de empréstimo e os juros podem pressionar as contas externas dos países além de um ponto julgado aceitável.

As companhias associadas importam e exportam capital, transferem lucros, juros, royalties.

A direção do movimento de capitais é conhecida e pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

1. A emigração de capital é dos países desenvolvidos, na sua maior parte, sendo pequenas as exportações de capital pelos subdesenvolvidos;
2. o capital exportado pelos desenvolvidos destina-se primordialmente a outros países desenvolvidos. De cada 4 dólares de capital exportado, 3 vão para países desenvolvidos e apenas 1 para áreas subdesenvolvi-

das. O mundo desenvolvido concentra em suas mãos o movimento internacional de capitais, como remetentes e recipientes;

3. em contrapartida, parte dominante das receitas e lucros tem como origem e destino as áreas desenvolvidas;
4. as pequenas percentagens dos investimentos internacionais que se destinam aos países subdesenvolvidos representam volumes de recursos de importância considerável comparativamente ao tamanho dos setores econômicos de destino nestes países. A sua significação local é inadequadamente refletida nos percentuais globais encontrados para a economia mundial como um todo.

Em segundo lugar, as operações financeiras das companhias internacionais e multinacionais nos países hóspedes podem pressionar os recursos de capital dos mesmos, tanto no mercado de títulos mobiliários de médio e longo prazos como no mercado de crédito de curto prazo.

As multinacionais concorrem com as empresas nacionais pelos capitais no mercado interno. Alguns países limitam o volume de recursos que pode ser captado no mercado local como uma fração predeterminada dos recursos próprios obtidos no exterior por estas companhias.

Os reinvestimentos para repor o capital depreciado ou para expandir a capacidade instalada, na situação atual de renovação tecnológica contínua, permitem incorporar aos processos de produção do País novas técnicas, as quais tendem a ser importadas e quase sempre não se ajustam ao perfil nacional de disponibilidade de fatores de produção. É verdade que, mesmo em se tratando de empresas nacionais, a importação de tecnologia acarreta efeitos similares. Mas as empresas nacionais tenderiam a importar equipamento e

“know-how” das fontes mais baratas o que necessariamente não ocorre com as subsidiárias de empresas internacionais, principalmente quando tais equipamentos ou “know-how” são supridos pelas suas Matrizes ou acionistas majoritárias.

Há que se considerar, por outro lado, que, freqüentemente, o investimento direto das companhias internacionais são meros substitutos dos investimentos de empresas locais, e no final, poderia não haver adição líquida de capital no país recipiente. Entretanto, as companhias internacionais, dispondo de mais capital, tecnologia e capacidade de gerência são capazes de iniciar atividades freqüentemente fora do poder de gestão das empresas nacionais.

Cabe, aqui, aos governos dos países hóspedes, um papel duplo quanto a esses investimentos: a) de um lado, deve procurar orientá-los para setores e regiões prioritários, do ângulo da política de desenvolvimento nacional; b) deve, ao mesmo tempo, adotar critérios que assegurem a participação de empresários nacionais sob formas acionárias igualitárias, majoritárias ou minoritárias, a depender da situação específica; c) evitar, também, a entrada de empresas estrangeiras em áreas adequadamente cobertas pela empresa nacional; d) proteger as empresas nacionais de políticas de “dumping” das suas competidoras internacionais.

Além da entrada de capital novo e dos investimentos de reposição, deve-se atentar também para a política de reinvestimentos de lucros dessas empresas. Nas economias com expectativas de lucros futuros elevados, a taxa de reinvestimentos é alta, como ocorre no Brasil, no momento. A formulação de uma política fiscal adequada poderá alterar a combinação das remessas e reinvestimentos favoravelmente ao país recipiente.

Um **terceiro aspecto** de interesse na operação das empresas internacionais se refere à administração financeira do grupo de empresas subsidiárias.

Em geral, cabe à subsidiária administrar o lucro corrente e fontes de recursos externos à empresa, de curto prazo. À Matriz cabem as disposições estratégicas sobre a distribuição do lucro do grupo, a aquisição do capital novo, alocação de ativos líquidos e política de investimento de longo prazo.

A execução dessas atividades requer um trabalho considerável de coordenação das subsidiárias e empresas afiliadas, pois a estrutura interdependente do grupo é motivada por uma ampla variedade de objetivos, preferências e expectativas individuais.

A atividade de coordenação é complicada pela existência das subsidiárias como empresas separadas, cujos registros contábeis estão sujeitos à fiscalização oficial separada, diminuindo a liberdade de movimentos de recursos entre empresas a nível inferior àquele que existe dentro de uma mesma empresa. O pagamento de dividendos à Matriz está sujeito a imposto de renda sobre lucros distribuídos, além do imposto sobre lucros das empresas. Por sua vez, a Matriz paga impostos correspondentes sobre os lucros e remunerações outras recebidas das subsidiárias e afiliadas.

A **bitributação** é um problema fundamental das multinacionais e empresas internacionais. As taxas de incidências variam muito entre os países. Têm surgido vários esquemas para evitar a bitributação ou a tributação excessiva:

1. a não remessa de dividendos pode ser uma política a adotar, mas é de duração temporária, pois, cedo ou tarde, o capital investido deverá ser remunerado;
2. é comum a substituição de dividendos por outros pagamentos. Há essencialmente duas formas de substituição:
 - a) pagamento de royalties à Matriz pelo uso de processos por ela patenteados, por assistência técnica e gerencial fornecida;

- b) recursos podem ser transferidos à Matriz em rubrica não sujeita a dupla tributação, como juros sobre empréstimos.

Freqüentemente, os royalties sobre patentes do próprio grupo não são admitidos pela legislação de vários países e são considerados parte integral da atividade da afiliada.

O pagamento de juros como forma substitutiva do dividendo exige que a Matriz supra empréstimos à subsidiária em lugar de capital social próprio. Este não retorna à Matriz, exceto em casos de encerramento das atividades da subsidiária e o dividendo é incerto. O empréstimo é reembolsável em prazos prefixados, permitindo planejar com maior flexibilidade suas reaplicações, cujo zoneamento poderá coincidir ou não com sua distribuição anterior. A mesma observação pode ser feita com respeito à sua direção setorial, no caso comum de empresas internacionais operando em inúmeras atividades.

Vale ressaltar que há pelo menos **duas limitações** à política de empréstimos como substituição à política de maiores recursos próprios:

1. a legislação local pode determinar limites à combinação de recursos próprios e de terceiros, obtidos no país e
2. o endividamento excessivo pode comprometer a capacidade de a subsidiária obter recursos adicionais de empréstimos de outras fontes fora do grupo a que pertence.

Outros esquemas para evitar a bitributação e a tributação, excessiva ou não, foram desenvolvidos. O superfaturamento pela Matriz de mercadorias ou serviços vendidos à filial é um deles. O subfaturamento dos mesmos itens fornecidos à Matriz pela subsidiária é outra possibilidade. O mecanismo de preços pode ser utilizado para esconder os lucros

e fugir aos impostos. O mecanismo exige naturalmente, que haja um fluxo de mercadorias e serviços adequado entre Matriz e subsidiária.

As práticas objetivando a redução do lucro para efeitos fiscais podem ser prejudiciais aos acionistas minoritários do país hóspede pela impossibilidade de receber, no presente ou em qualquer tempo futuro, os lucros respectivos, os quais são transferidos, pelos esquemas descritos, aos acionistas estrangeiros. Por outro lado, tanto o super como o subfaturamento diminuem a receita fiscal do país hóspede.

Quando a tributação no país da Matriz é muito elevada relativamente ao país da subsidiária, pode ser rentável a criação de uma companhia em outro país onde a taxa de imposto seja muito baixa, o qual se tornaria o centro distribuidor dos lucros do grupo, enquanto os mesmos não são remetidos à Matriz. Esta base num terceiro país centraliza e coordena as aplicações da Matriz. Quando os diferenciais de impostos são grandes, a postergação do seu pagamento pode constituir uma fonte muito importante de fundos.

É provável, igualmente, que as multinacionais e empresas internacionais procurem deslocar fundos para países cujas moedas estão na linha de uma valorização imediata ou a curto prazo, contribuindo para acentuar os desequilíbrios monetários internacionais. Os fluxos de empréstimos poderão ser motivados por razões similares. A existência de controles ou registros é incapaz de impedir tais movimentos na sua forma disfarçada de empréstimos, a menos que haja proibição total de entrada de recursos externos.

A reserva de mercados constitui um ponto dos mais importantes na atuação dessas companhias.

Convém ressaltar que o atendimento de um mercado por uma subsidiária **A** e não por uma subsidiária **B**, localizadas em países diferentes, reflete em geral diferenças de rentabili-

QUADRO I

FINANCIAMENTOS EXTERNOS AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO
(DESEMBOLSOS LÍQUIDOS EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Financiamentos Oficiais										
Empréstimos bilaterais	0,65	0,91	1,47	1,76	1,80	1,99	2,29	2,30	2,32	2,40
Transferências e Contrib. a agências internacionais ...	4,55	4,56	4,34	4,19	4,07	4,08	4,33	4,02	4,31	4,41
Outros fluxos oficiais	0,95	0,51	0,20	-0,07	0,30	0,38	0,40	0,72	0,58	1,14
Sub-total	6,15	5,98	6,01	5,88	6,17	6,45	7,02	7,04	7,21	7,95
Financiamentos Privados										
"Suppliers Credit"	0,57	0,57	0,66	0,86	0,75	1,12	1,01	1,60	1,96	2,17
Outros fluxos privados	0,70	0,39	0,29	0,56	0,94	0,52	1,10	1,49	1,81	1,18
Sub-total	1,27	0,96	0,95	1,42	1,69	1,64	2,11	3,09	3,77	3,35
Total	7,42	6,94	6,96	7,30	7,86	8,09	9,13	10,13	10,98	11,30

Fonte: OCDE, "Ajuda ao Desenvolvimento 1970 e Evolução Recente"

QUADRO II

FINANCIAMENTO EXTERNO À AMÉRICA LATINA
(DESEMBOLSOS LÍQUIDOS EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Financiamentos Oficiais										
Estados Unidos	0,62	0,50	0,48	0,34	0,64	0,63	0,55	0,68	0,58	0,55
OCDE — Outros	0,02	0,10	0,12	0,05	0,05	0,02	0,03	0,01	0,02	0,09
BID	—	0,06	0,14	0,19	0,17	0,18	0,19	0,23	0,31	0,32
BIRD e agências	0,06	0,11	0,22	0,19	0,11	0,18	0,17	0,15	0,17	0,26
Sub-total	0,70	0,77	0,96	0,77	0,97	1,01	0,94	0,07	0,08	1,22
Financiamentos Privados ...	—	0,74	—0,92	0,39	—1,13	0,04	—0,28	—0,10	0,60	0,40
Total	0,70	1,51	0,04	1,16	—0,16	1,05	0,66	0,97	1,68	1,62

Fonte: "O Desenvolvimento da América Latina e a Aliança para o Progresso" CIES 1973

QUADRO III

TOTAL E DIREÇÃO DO INTERCAMBIO COMERCIAL (*)

Direção do Intercâmbio (em percentagens do total)

	Total em bilhões de dólares	Desenvolvidos com desenvolvidos	Subdesenvolvidos com subdesenvolvidos	Desenvolvidos com subdesenvolvidos
1960	226,4	55,3	5,6	39,1
1961	237,2	56,5	5,4	38,1
1962	252,6	57,6	5,1	37,3
1963	273,1	58,6	4,9	36,5
1964	303,3	60,2	4,2	35,6
1965	329,7	61,3	4,0	34,7
1966	365,4	62,2	4,2	33,6
1967	385,1	62,7	4,0	33,3
1968	430,6	63,3	3,9	32,8
1969	492,2	64,5	3,6	31,9
1970	569,0	64,8	3,4	31,8

Fonte: FMI

(*) Não inclui os países do bloco socialista

QUADRO IV

INTERCÂMBIO COMERCIAL DA AMÉRICA LATINA E DOS EE.UU.

	AMÉRICA LATINA			
	Total em bilhões de dólares	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		
		Com EE. UU.	Com outros desenvolvidos	Com sub-desenvolvidos
1960	15.2	44.7	38.3	17.0
1961	15.5	43.1	40.7	16.2
1962	16.1	41.4	42.1	16.5
1963	16.5	40.6	42.0	17.4
1964	17.9	40.3	41.2	18.5
1965	18.6	39.5	40.9	19.6
1966	21.7	39.8	42.8	17.4
1967	21.9	38.3	44.0	17.7
1968	24.0	39.3	43.0	17.7
1969	26.3	36.1	45.3	18.6
1970	29.5	37.1	45.1	17.8

	ESTADOS UNIDOS			
	Total em bilhões de dólares	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL		
		Com áreas desenvolvidas	Com América Latina	Com outros subdesenvolvidos
1960	33.1	63.8	19.5	16.7
1961	33.7	63.1	19.6	17.2
1962	35.7	63.3	18.6	18.1
1963	38.1	64.2	17.5	18.3
1964	44.9	65.0	16.4	18.6
1965	48.7	66.7	15.4	17.9
1966	55.7	67.8	14.8	17.4
1967	58.2	69.6	13.8	16.6
1968	67.5	70.8	13.3	15.9
1969	73.6	71.9	12.3	15.7
1970	82.6	71.6	12.7	15.7

Fonte: FMI

QUADRO V

AMÉRICA LATINA: BALANÇO DE PAGAMENTOS (EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Exportações (FOB)	8,49	8,96	9,41	10,17	10,68	11,24	11,15	11,54	12,75	14,10
Importações (FOB)	-7,98	-8,23	-7,89	-8,57	-8,89	-9,80	-10,03	-10,92	-11,98	-13,60
Serviços e transferências	-1,79	-2,03	-1,89	-2,37	-2,23	-2,61	-2,67	-2,89	-2,96	-3,25
Saldo em conta corrente	-1,28	-1,30	-0,37	-0,77	-0,44	-1,17	-1,55	-2,27	-2,19	-2,75
Financiamentos oficiais	0,70	0,77	0,96	0,77	0,97	1,01	0,94	1,07	1,08	1,22
Financiamentos privados	-	0,74	-0,92	0,39	-1,13	0,04	-2,28	-0,10	0,60	0,40
Fundo Monetário Interna- cional	0,28	-0,07	0,11	0,07	-0,02	-0,04	-0,02	0,05	-0,01	-0,18
Investimentos diretos	0,39	-0,25	0,28	0,41	0,55	0,47	0,55	0,71	0,81	0,70
Erros e omissões	-0,09	-0,39	-0,06	-0,73	0,07	-0,31	0,36	0,54	-0,29	0,61

Fonte: O Desenvolvimento da América Latina e a Aliança para o Progresso, CIES 1973

QUADRO VI

AMÉRICA LATINA: BALANÇO DE PAGAMENTOS COM OS ESTADOS UNIDOS
(EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Exportações (FOB)	3,30	3,47	3,51	3,56	3,70	3,99	3,88	4,30	4,27	4,86
Importações (FOB)	-3,50	-3,32	-3,26	-3,78	-3,76	-4,18	-4,07	-4,63	-4,82	-5,65
Serviços e transf. não fi- nanceiras	-0,59	-0,67	-0,65	-0,81	-0,81	-1,03	-1,09	-1,20	-1,11	-1,12
Serviços financeiros										
Saldo em conta corrente ..	-0,79	-0,52	-0,40	-1,03	-0,87	-1,22	-1,28	-1,53	-1,66	-1,91

Fonte: O Desenvolvimento da América Latina e a Aliança para o Progresso, CIES 1973